

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010254-10.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Ednaldo de Sousa Pereira**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1010254-10.2016****Vistos**

**EDNALDO DE SOUZA PEREIRA** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

O autor alega que na data de 05/08/2014 sofreu lesões de natureza grave em decorrência de acidente de trânsito. Requereu a procedência da ação buscando o pagamento de uma diferença no montante de R\$ 11.812,50 a título de seguro DPVAT, ponderando já ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50. A inicial veio instruída por documentos às fls. 09 e ss.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação a fls. 40 e ss. Argumentou a falta de laudo conclusivo do IML e que já houve o correto pagamento na via administrativa do valor que o autor tem direito. No

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mais, rebateu a inicial e requereu a improcedência total da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 102/106.

A preliminar de falta de apresentação de comprovante de residência foi equacionada pela decisão de fls. 107 que na oportunidade, também determinou a realização de perícia médica.

Ocorre que o autor não compareceu na data marcada (cf. termo de fls. 125).

Foi intimado a justificar documentalmente o motivo da ausência à perícia designada (cf. decisão de fls. 126) e peticionou a fls. 131 alegando que compareceu na data e horário agendado pelo expert mas este último já havia ido embora (textual de fls. 131).

Pelo despacho de fls. 132 foi determinado o agendamento de nova perícia.

Pela certidão de fls. 140 verificou-se mais uma vez o não comparecimento do requerente.

Novamente o autor foi intimado a justificar sua ausência ao ato (fls. 141) e na sequência, veio a fls. 144 alegando que fez uma confusão com a data e horário da perícia.

Pelo despacho de fls. 145 nova oportunidade de perícia foi concedida, a fim de evitar futura alegação de cerceamento da atividade instrutória. No entanto, o “expert” veio aos autos a fls. 153, informando o não comparecimento do requerente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O**  
**RELATÓRIO.**

**DECIDO, analisando o mérito.**

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia  
05/08/2014.

Disso nos dão conta os documentos de fls. 17/18 ( BO ).

Via da presente busca o pagamento de uma diferença  
referente ao Seguro DPVAT.

Ocorre que não há nos autos documento indicativo do  
déficit permanente e pior, seu grau.

**O autor deixou de comparecer à três perícias  
médicas designadas, justamente para aferir essas questões (a respeito  
confira-se fls. 125, 140 e 153) evidentemente no seu interesse.**

Sem o exame pericial é inviável apurar se o pagamento  
concretizado na seara administrativa foi ou não correto.

Nessa linha de pensamento não há como condenar a  
requerida pagar qualquer quantia ao autor.

Assim, nada mais resta a ser deliberado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% do valor dado à causa, devendo ser observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 98, do CPC.

**PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.**

São Carlos, 08 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**